



**Fundado em 1875**  
Julio Mesquita (1891-1927)  
Julio de Mesquita Filho (1927-1969)  
Francisco Mesquita (1927-1969)  
Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)  
José Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1988)  
Julio de Mesquita Neto (1969-1996)  
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1997)  
Américo de Campos (1875-1884)  
Nestor Rangel Pestana (1927-1933)  
Plínio Barreto (1927-1958)

**Conselho de Administração**  
**Presidente**  
Aurélio de Almeida Prado Cidade

**Membros**  
Fernão Lara Mesquita  
Francisco Mesquita Neto  
Júlio César Mesquita  
Patrícia Maria Mesquita  
Roberto C. Mesquita

**Opinião**  
**Diretor de Opinião:** Ruy Mesquita  
**Editor Responsável:** Antonio Carlos Pereira

**Informação**  
**Diretor de Conteúdo:** Ricardo Gandour  
**Editor-Chefe Responsável:** Roberto Gazzi

**Administração e Negócios**  
**Diretor Presidente:** Sílvio Genesini  
**Diretor de Operações:** Rubens Prata Jr.  
**Diretor Financeiro:** Ricardo do Valle Dellape  
**Diretora Jurídica:** Mariana Uemura Sampaio

## NOTAS & INFORMAÇÕES

# Lula e os estragos do decreto

O presidente Lula voltou a Brasília, depois das férias, com o objetivo imediato de acabar com a briga entre ministros, pôr ordem na casa e cuidar dos estragos causados pelo infeliz decreto sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos, assinado por ele mesmo em 21 de dezembro. Pelo menos um erro o presidente reconheceu: não se deveria ter incluído no texto a proposta de revogação da Lei da Anistia, de 1979. Melhor deixar o assunto para o Judiciário, porque a lei já foi contestada pela Ordem dos Advogados do Brasil e o Supremo Tribunal Federal deverá julgar a ação neste ano. Mas o erro foi cometido em várias etapas.

A primeira contribuição foi do secretário Nacional de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, responsável pelo texto original do decreto. A segunda foi da chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. Era sua obrigação desarmar a bomba e prevenir o presidente. A terceira, e conclusiva, foi do próprio Lula, ao assinar o papel.

Atribuem-lhe a declaração de que assinou sem ler. Pode ser verdade. Mas pode ser também que o tenha lido sem pensar nas consequências. A segunda hipótese parece improvável,

porque o decreto tem 92 páginas e o presidente, como se sabe, é avesso à leitura. Mas isso não o isentaria de responsabilidade.

O fato é que ele escorregou mais de uma vez. Um de seus enganôs foi confiar na atenção e na qualidade do julgamento da ministra-chefe da Casa Civil, sua candidata à Presidência. Se eleita, ela talvez tenha mais sorte que Lula na escolha da figura mais importante do gabinete – alguém capaz de ler e de avaliar os documentos entregues para o chefe assinar.

Mas o presidente ainda pode evitar maiores danos. Se eliminar o revanchismo embutido no decreto, poderá acomodar a situação com os comandantes militares e livrar o ministro da Defesa, Nelson Jobim, de uma situação muito desconfortável. Com isso, talvez tenha de aceitar a demissão de seu secretário nacional de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, mas isso será um bônus, não um custo.

Sobrariam, no entanto, outros problemas. O revanchismo e a tentativa de revogação da Lei da Anistia são apenas uma das várias fontes de conflito reunidas no decreto. Na sexta-

feira, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, criticou o texto assinado por Lula. O documento, segundo ele, é preconceituoso em relação à agricultura de mercado, principal suporte do superávit comercial e da estabilidade de preços.

Na sua opinião, as mudanças legais propostas pelo decreto deverão aumentar “a insegurança jurídica no campo”. Quanto a isso, não podem pairar dúvidas. O decreto defende, entre outras aberrações, um exercício de mediação entre invasores e vítimas de invasão de propriedades, antes da decretação, pelo juiz, da reintegração de posse. Invasão ainda é crime e invasores não podem ter o mesmo status legal de suas vítimas, mas o autor do texto parece desconhecer ou desprezar esse e outros detalhes. O mesmo decreto propõe subordinar ao assembléismo de organizações “populares” as decisões de aumento de plantio de várias culturas de grande importância comercial para o País.

O secretário nacional de Direitos Humanos acusou seus críticos de desejarem transformar o plano em “monstrengo político único no

planeta”. Pura injustiça. O decreto já nasceu um monstrengo e seu autor é ele mesmo. Mas não é “único no planeta”. Pertence a uma velha e grande família. Entre seus antepassados incluem-se as leis criadas pelos governos mais totalitários e mais brutais do século 20.

Entre os parentes contemporâneos é fácil apontar, por exemplo, as aberrações do regime instaurado pelo venezuelano Hugo Chávez e outras produzidas ou meramente ensaiadas por vários chefes populistas latino-americanos. As ameaças à liberdade de expressão e de informação, em nome de direitos humanos, são típicas dessa família de concepções políticas, assim como a intenção de converter o ensino da História em ferramenta de controle ideológico. Portanto, monstrengo, sim, mas não único em sua espécie.

Para cuidar dos danos causados pelo decreto, o presidente Lula terá de entender a extensão do problema. Não basta cuidar da polêmica entre os chefes militares e o secretário Paulo Vannuchi, nem atenuar aqui e ali as ameaças ao agronegócio. O decreto é totalmente ruim, porque é de natureza ditatorial. É esse o problema real, e o presidente sabe disso mesmo que não o tenha lido.

## Um fundo sem fundamento

Causou certo susto no mercado a regulamentação, divulgada quase na virada do ano, do Fundo Soberano do Brasil (FSB), pela qual o Tesouro nacional foi autorizado a atuar no mercado de câmbio para evitar uma valorização ainda maior do real. Logo em seguida, a cotação do dólar teve uma alta, que não se sustentou diante da continuidade do influxo de recursos externos. Como o Banco Central (BC) vem agindo agressivamente para conter a sobrevalorização da moeda nacional comprando dólares a rodo, parece desnecessário que o governo utilize o FSB para essa finalidade, a não ser que as autoridades julguem que o reforço do arsenal para intervir no câmbio surtirá um efeito psicológico decisivo sobre manobras especulativas. O que, diga-se de passagem, é também pura especulação.

Seja como for, o Fundo Soberano do Brasil parece uma autêntica jabuticaba – uma exclusividade do Brasil. Por definição, fundos desse tipo foram constituídos por países, como a Noruega e os Emirados Árabes Unidos, que obtêm superávits comerciais muito elevados em razão das exportações de petróleo, ou por altíssimas receitas de exportações em geral, como a China.

O FSB é coisa nossa, muito nossa, não só porque os superávits na conta de comércio do Brasil vêm decrescendo, esperando-se que este ano o saldo positivo fique entre US\$ 12 bilhões e US\$ 15 bilhões, em comparação com US\$ 25,3 bilhões em 2009, segundo os últimos dados revistos pelo Minis-

tério do Desenvolvimento, incluindo a exportação de energia elétrica, que se torna assim uma nova espécie de *commodity*. O FSB – até, pelo menos, que se concretizem as promessas miríficas do pré-sal – não é claramente destinado a investimentos a mais longo prazo, de modo a dar sustentação à economia em ciclos de baixa, como os demais fundos soberanos.

O FSB poderia ser tido, em outros tempos, como uma reserva de contingência. Tanto assim que já há algum tempo se suspeitava que parte de seus depósitos de mais de R\$

### Por que, afinal, o Tesouro e o BC em disputa no mercado de câmbio

16 bilhões poderia ser usada para ajudar o superávit primário do setor público a atingir a meta de 2,5% do PIB em 2009. Sabe-se agora que, mesmo estropiada, a meta deve ser alcançada e, para isso, excluem-se dos cálculos gastos do Plano Plurianual de Investimentos, ligados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), vendem-se antecipadamente dividendos das estatais ao BNDES e extraem-se outros coelhos da prolifera cartola dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento. E, entre estes, estão depósitos no FSB, como foi confirmado pelo secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, em entrevista ao **Estado** (9/1). O dinheiro do tapaburaco será canalizado por meio do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização

(FFIE). Aparentemente, isso não vai atrapalhar o uso de verbas do FSB para atuação na área cambial.

Pergunta-se: por que razão o Tesouro deve intervir diretamente no câmbio, em vez de deixar essa tarefa por conta do BC, que, mediante maciças compras de dólares no mercado, elevou as reservas cambiais para US\$ 239,81 bilhões (posição em 7 de janeiro), US\$ 51,71 bilhões a mais que no fim de janeiro de 2009 (US\$ 188,10 bilhões). É verdade que, depois de intervir no mercado cambial, o BC tem de lançar mais títulos em reais para enxugar o excesso de liquidez, aumentando a dívida pública interna. Além disso, aplicando as reservas no exterior, o País recebe uma remuneração muito menor do que paga para a colocação de seus títulos. O Fundo Soberano terá de agir da mesma forma, já que os recursos de que dispõe estão depositados em títulos do Tesouro, que terão naturalmente de ser vendidos para a aquisição de dólares.

Segundo o secretário do Tesouro, “nós fizemos a regulamentação para deixar ele (o FSB) pronto, porque o governo pode achar em algum momento que é o caso de operar em moeda estrangeira. É uma opção”. Arno Augustin explicou que o FSB “tem duas pernas: uma fiscal e outra não fiscal”.

O que a economia brasileira requer é que o cálculo da meta do superávit primário expresse a realidade das contas públicas, sem truques e sem o ranço do cauísmo.

## O casal criador de crises

Até para os tempestuosos padrões da política argentina, com a sua atração secular pela beira do abismo, chega a ser extravagante o desdém da presidente Cristina Kirchner pela estabilidade das ainda vulneráveis instituições nacionais, quando trata de impor o “estilo K” – o que faz com vertiginosa frequência. O termo designa a propensão para o confronto e a manipulação autoritária dos recursos de poder da Casa Rosada, adotados no governo Néstor Kirchner (2003-2007), e que a sua sucessora Cristina só fez intensificar. Na quinta-feira passada, ela demitiu sumariamente o presidente do Banco Central (BC), Martín Redrado, mediante um ato semelhante a uma medida provisória brasileira. Pela lei argentina, a remoção do titular e de outros dirigentes do BC depende do voto de uma comissão do Senado.

Redrado, cujo mandato vai até setembro, se recusara a liberar, como queria Cristina, o equivalente a US\$ 6,5 bilhões das reservas mantidas na instituição para o pagamento da parte que vence este ano da dívida pública do país, da ordem de US\$ 13 bilhões. Acusado pela presidente de “má conduta e descumprimento dos deveres”, ele recorreu à Justiça, enquanto a sua cadeira era ocupada interinamente por um homem de confiança da presidente, Miguel Ángel Pesce, até então o sub de Redrado, e ela anunciava que o cargo estava destinado a um terceiro – o economista Mario Blejer, que conduziu o BC em 2002. Não faltou quem apostasse que os

tribunais dariam ganho de causa ao governo, que não é adepto fervoroso da separação de poderes e da independência do Judiciário – como já demonstrou várias vezes.

Em dezembro, um juiz ino-centou o “casal presidencial”, como os chamam os argentinos, da acusação de enriquecimento ilícito. O patrimônio declarado da dupla cresceu seis vezes entre 2003 e 2008, passando de US\$ 1,9 milhão para US\$ 12,1 milhões. Estranhamente, os procuradores federais responsáveis pela denúncia não recorreram da sentença – fazendo supor que tudo

### Em busca de culpados pelos fracassos que eles próprios armam

não passou de uma armação cujo desfecho planejado serviria para impedir que os K venham a ser processados no futuro, porém a sério, pelo mesmo motivo. Também por isso, foram consideradas para lá de corajosas as decisões da juíza portenha María José Sarmiento. Primeiro, ela suspendeu a validade do decreto presidencial que autorizara a liberação dos recursos do BC para a quitação de parcela da dívida pública. Horas depois, tornou sem efeito a demissão de Redrado, ordenando a sua imediata recondução ao cargo.

Derrotas não são novidade para os Kirchners. Em 2008, a decisão de Cristina de taxar as exportações de produtos agrícolas revoltou o setor, cujos protestos bem-sucedidos tiveram amplo apoio da popula-

ção, já indignada com os escândalos de corrupção, a crise energética e a revelação de que as autoridades vinham manipulando os índices de inflação. Na sequência, o vice-presidente Julio Cobos, da União Cívica Radical (UCR) rompeu com o governo. Não admira que o casal tenha sofrido outra salgada derrota nas eleições parlamentares de junho passado. Mas o kirchnerismo é rápido no gatilho: antes que o novo Legislativo assumisse, Cristina conseguiu a aprovação da sua Lei dos Meios, de clara inspiração chavista, para pôr uma coleira na imprensa. A matéria será julgada pela Suprema Corte.

Enquanto se espera a última palavra do Judiciário sobre o BC e a crise institucional produz os efeitos esperáveis sobre o mercado e o ânimo dos agentes econômicos, o primeiro-marido irrompeu em cena, recitando algumas oitavas acima do normal o texto de praxe quando os K se veem confrontados pelas reações aos seus desmandos. O atual deputado, considerado por muitos o presidente de facto do país, denunciou uma “conspiração” contra o governo de sua mulher, encabeçada pelo vice Cobos, o BC de Redrado e o suspeito de sempre – o conglomerado de mídia *Clarín*, perseguido pela Casa Rosada pela cobertura dada às manifestações ruralistas de 2008, entre outros delitos de lesa-majestade. Furioso, Néstor se referiu a Redrado como “uma espécie de Judas” e comparou o kirchnerismo a uma religião, ao dizer que alguns dos seus opositores “se convertem e outros nos enganam”. As leis e as instituições? Ao diabo com elas.

**ATENÇÃO:** As cartas devem ser enviadas com assinatura, identificação, endereço e telefone do remetente e poderão ser resumidas. O Estado se reserva o direito de selecioná-las para publicação. Correspondência sem identificação completa será desconsiderada.



**estadao.com.br**

Leia mais cartas  
[http://www.estadao.com.br/opiniao/opi\\_forumleitores.0.htm](http://www.estadao.com.br/opiniao/opi_forumleitores.0.htm)

simplesmente discordam ou preservam teimosamente sua independência de pensar. Da desqualificação à intimidação e desta à repressão, medra um fluir de atitudes e ações que o tempo se encarrega de tornar perceptível. Na sequência, não pode deixar de ocorrer, por certo, a desestabilização das organizações de Estado (Forças Armadas, diplomacia, Fisco, polícia, tribunais, agências, entre outras) com o objetivo de subordiná-las aos interesses do partido e do governo. O estímulo aos conflitos e à desmoralização continua do Legislativo e do Judiciário (que, aliás, contribuem bastante para isso) faz parte da desestabilização. Os aspectos e interesses econômicos predominam sobre quaisquer considerações de ordem moral, resultando, assim, a

exaltação contínua dos feitos econômicos sobre as carências, desigualdades e críticas às posturas do governo. O importante é exaltar as “realizações”, ou o que agora se convencionou chamar de “obras”. Por fim – mas não menos importante –, o estímulo à atuação de tropas de choque, que se formam como poder paralelo (muitas vezes armado) com o objetivo de desconstruir os conceitos de segurança jurídica e dos direitos assegurados pela Constituição. Os totalitarismos sempre exerceram grande fascínio sobre as pessoas – inclusive as que se consideram bem-pensantes –, uma vez que as isenta da penosa tarefa de pensar por si mesmas. Ao desdobrar a sua lógica perversa, evidentemente tomamos como referência alguns países com

**“ Que relatório, que nada! Ponham os três caças no meio do Atlântico, num confronto. Aquele que voltar... Está aí a solução ”**

**Jack Szymanski**  
Cascavel

que o Brasil busca aproximação, uma vez que a diplomacia brasileira atualmente privilegia uma suposta astúcia para negócios, em detrimento da paz e dos valores civilizadores. Nesse sentido, não nos têm faltado inúmeras más companhias no cenário internacional. O Brasil deseja apresentar-se ao mundo como um país que preza os valores democráticos. Esperemos, pois, que a censura ao

**Estado** sirva, afinal, para um esforço de reflexão mais profunda sobre os destinos da sempre imatura democracia brasileira.

**JOSEF BARAT**  
barat@terra.com.br  
São Paulo

#### Esclarecimento

Com relação às manifestações de leitores sobre a carta do promotor de Justiça Roberto Livianu comentando o artigo (*In*)segurança jurídica, de autoria do professor Denis Lerrer Rosenfield (4/1, A2), é preciso deixar claro que a posição externada pelo ilustre missivista não expressa a opinião do Ministério Público do Estado de São Paulo, mas apenas e tão somente o pensamento da organização que ele representa, o Minis-

tério Público Democrático, entidade não-governamental que possui diretoria e filosofia próprias.  
**JOSÉ FRANCISCO PACÓLA**, Assessoria de Comunicação Social do Ministério Público do Estado de São Paulo  
josepacola@mp.sp.gov.br  
São Paulo

#### Mercedes ou Fusca?

A turma de lá que quer empurrar o jato mais caro para o Brasil – o que, aliás, a turma daqui acha legal, pois vai sobrar mais caixa 3 – vem com a pergunta: você prefere uma Mercedes ou um Fusca? A resposta é fácil. Para andar na Rive Gauche, certamente uma Mercedes pega muito bem. Agora, para andar na coleção de bura-cos que formam as estradas brasileiras, um Fusca é insuperável.

Tem muito mais agilidade para fugir das caçapas e, quando não consegue, encontra reparo em qualquer biboca, com orçamento mixuruca, que cabe no bolso do brasileiro, à la Bolsa-Família.  
**GERALDO SIFFERT JUNIOR**  
geraldosiffertjunior@gmail.com  
Rio de Janeiro

#### Ilha da Fantasia

Quinhentos médicos enviados da Ilha da Fantasia cubana para o paraíso venezuelano, simplesmente fugiram para os EUA. Será que os dois édens serão assim tão bons para viver e trabalhar, para outros países da América endossarem seus líderes?

**FLAVIO MARCUS JULIANO**  
opegapulhas@terra.com.br  
São Paulo